



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

Estudo Técnico Preliminar

Processo Administrativo

PROAD n. 23219/2025

Certificado Digital Institucional A3 para Pessoas Físicas

Belo Horizonte, 9 de setembro de 2025.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto no Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário, a que se refere o parágrafo único do art. 6º da Resolução CNJ n. 468, de 15 de julho de 2022, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade identificar, analisar e justificar tecnicamente as alternativas disponíveis para atendimento da demanda registrada no respectivo Documento de Oficialização da Demanda (DOD).

O ETP busca demonstrar a viabilidade técnica, econômica e operacional das soluções identificadas, bem como fornecer os elementos necessários à adequada instrução do processo de contratação, observando os princípios da eficiência, economicidade, motivação, padronização e alinhamento às estratégias de governança de TIC do Poder Judiciário.

1. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contextualização

Em conformidade com a Instrução Normativa TST n. 30, de 13 de setembro de 2007, e com a Resolução CSJT n. 136, de 25 de abril de 2014, a certificação digital é reconhecida como ferramenta essencial e obrigatória para o funcionamento dos sistemas eletrônicos judiciais, como o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), bem como para a prática de atos administrativos e processuais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3).

Atualmente, encontram-se vigentes os contratos n. 10026/2024 e n. 10023/2025, firmados com a empresa Soluti – Soluções em Negócios Inteligentes S/A, ambos com objeto voltado à prestação de serviços contínuos de certificação



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

digital, nas modalidades com token e em nuvem, incluindo também a realização de visitas técnicas.

Contudo, a contratada passou a constar com pendência registrada no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, circunstância que, em princípio, impede a celebração de novos ajustes contratuais com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

Diante desse cenário, a prorrogação do Contrato n. 10026/2024 foi autorizada, ficando expressamente condicionada à sua não utilização até a regularização da pendência no CADIN. Quanto ao Contrato n. 10023/2025, este contém cláusula que concede prazo de 4 (quatro) meses para a regularização da situação, sob pena de rescisão do ajuste.

Portanto, diante da incerteza do cenário descrito, revela-se necessária e urgente a instauração de novo processo licitatório, sob Sistema de Registro de Preços, visando ao registro de até 2 (duas) empresas especializadas em certificação digital institucional. A medida reforça a resiliência institucional, nos termos do art. 10, IV da Resolução CSJT n. 164/2016, o art. 11, I da Lei n. 14.133/2021 e o princípio da continuidade do serviço público (art. 37, *caput*, da CF).

A contratação ocorrerá sob demanda, sendo possível acionar um, ambos ou nenhum dos fornecedores registrados, a depender da necessidade da Administração.

A utilização das atas ficará condicionada à conveniência e oportunidade da Administração, à disponibilidade orçamentária e à regularidade fiscal dos fornecedores, não gerando direito subjetivo à contratação, tampouco exclusividade.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

Caso a atual contratada (Soluti) regularize sua situação fiscal e haja prorrogação válida do contrato em vigor, os registros/contratos oriundos desta licitação poderão não ser utilizados.

A utilização dos registros de preços ou eventualmente dos contratos observará, em qualquer hipótese, os critérios de economicidade, eficiência e vantajosidade para este Tribunal.

1.2 Definição e especificação dos requisitos da contratação

A contratação tem por objetivo garantir a continuidade do fornecimento de certificados digitais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, assegurando que todas as unidades administrativas e judiciárias possam praticar atos que exijam assinatura digital qualificada, bem como permitir a autenticação segura e mútua em serviços e sistemas que envolvam a comunicação com entes públicos e privados.

Para tanto, a solução deverá atender aos seguintes requisitos:

- Prover a emissão, renovação, revogação e utilização de certificados digitais do tipo e-CPF A3, vinculados à cadeia Cert-JUS, destinados a magistrados e servidores, em conformidade com a Resolução CSJT n. 164/2016;
- Permitir a prática de atos administrativos e processuais que exijam identificação funcional e pessoal em meio eletrônico, nos termos do art. 2º da Resolução CSJT n. 164/2016;
- Viabilizar a conexão segura à infraestrutura computacional do sistema PJe-JT, conforme determina o §2º do art. 27 da Resolução CNJ n. 85/2013, assegurando a validade jurídica e técnica das assinaturas digitais aplicadas no sistema;
- Assegurar padrão elevado de desempenho, qualidade e confiabilidade, garantindo a autenticidade, integridade e o não repúdio das transações



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

realizadas em meio eletrônico, conforme exigências legais e boas práticas de segurança da informação.

1.3 Soluções disponíveis no mercado de TIC e respectivos fornecedores

A certificação digital no padrão e-CPF A3, emitida na cadeia de confiança Cert-JUS da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), constitui requisito obrigatório para o exercício de atribuições institucionais por magistrados e servidores da Justiça do Trabalho, conforme determina a Resolução CSJT n. 164/2016.

A ICP-Brasil opera sob um modelo de raiz única, no qual o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) atua como Autoridade Certificadora Raiz (AC-Raiz), sendo responsável pelo credenciamento, supervisão e auditoria das demais entidades da cadeia hierárquica, composta pelas Autoridades Certificadoras (ACs) e pelas Autoridades de Registro (ARs).

No contexto da cadeia Cert-JUS, apenas ACs credenciadas especificamente para atuar no âmbito da Justiça do Trabalho estão habilitadas a emitir os certificados digitais institucionais. Atualmente, de acordo com consulta realizada ao portal oficial da AC-JUS, encontram-se credenciadas as seguintes Autoridades Certificadoras:

- AC Certisign JUS
- AC Serasa-JUS
- AC Serpro-JUS
- AC Soluti-JUS
- AC Valid-JUS



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

- AC Safeweb-JUS

Estas ACs operam por meio de redes de Autoridades de Registro (ARs), que assumem a interface com os usuários finais e executam as etapas de conferência documental, validação dos dados, identificação presencial ou remota e emissão ou renovação dos certificados digitais.

Diante desse cenário, foram mapeadas duas soluções possíveis para o atendimento à demanda do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região:

1.3.1 Solução 1 – Contratação de empresa especializada credenciada na cadeia Cert-JUS

A primeira solução consiste na contratação de empresa especializada, devidamente credenciada junto à cadeia Cert-JUS, para a prestação dos serviços de emissão, renovação, validação e gravação de certificados digitais, com fornecimento de mídias criptográficas (tokens), se o caso, e realização de visitas técnicas presenciais, sempre que necessário.

Este modelo de prestação, amplamente adotado no âmbito da Administração Pública, supre de forma eficaz e continuada a demanda por certificados digitais no TRT3 há mais de uma década, dispensando investimentos estruturais em pessoal, equipamentos ou infraestrutura tecnológica.

Ademais, as empresas certificadoras credenciadas seguem padrões rigorosos de conformidade estabelecidos pela ICP-Brasil, assegurando a segurança, a legalidade e a compatibilidade com os sistemas informatizados utilizados pela Justiça do Trabalho.

1.3.2 Solução 2 – Estruturação do TRT3 como Autoridade de Registro (AR)

A segunda solução analisada refere-se à possibilidade de estruturação institucional do TRT3 como Autoridade de Registro (AR), vinculada a uma das



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

ACs da cadeia Cert-JUS, assumindo diretamente a responsabilidade pelas etapas de validação e emissão de certificados digitais.

Embora tecnicamente possível, essa alternativa demanda planejamento de longo prazo, regulamentação interna, aquisição de equipamentos homologados, infraestrutura tecnológica, contratação ou capacitação de equipe dedicada, e manutenção de padrões rígidos de segurança e auditoria. Também implicaria custos fixos adicionais e riscos operacionais relevantes, sem garantia de retorno proporcional em termos de eficiência ou economicidade.

1.3.3 Justificativa para escolha da solução

A contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de certificação digital - Solução 1 - apresenta-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional, econômico e estratégico, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos.

Tal modelo dispensa a realização de investimentos em infraestrutura tecnológica, aquisição de equipamentos, mobilização de equipe técnica ou implantação de processos administrativos internos complexos, mantendo a solução já consolidada e funcional no âmbito do TRT da 3ª Região há mais de uma década. Trata-se, portanto, de uma alternativa que garante resposta célere, segura e padronizada, com execução sob demanda, o que mitiga riscos de descontinuidade e assegura flexibilidade na gestão do contrato.

Ressalta-se, ainda, que as empresas certificadoras credenciadas pela cadeia Cert-JUS estão submetidas a rígido controle de conformidade e auditoria pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, assegurando elevados padrões de qualidade, segurança e aderência às normas da ICP-Brasil.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

Por outro lado, a Solução 2 — estruturação do TRT3 como Autoridade de Registro (AR), embora tecnicamente possível, demanda planejamento de longo prazo, elevados custos de implantação e manutenção, além de regulamentação interna específica. Também exigiria o desvio de servidores para atividades-meio, o que comprometeria a força de trabalho já reduzida da instituição, especialmente em um cenário de restrições orçamentárias e déficit de pessoal.

Dessa forma, conclui-se que a Solução 1 é a que melhor atende aos interesses institucionais, por conciliar viabilidade imediata, continuidade operacional, segurança jurídica e conformidade regulatória, além de apresentar custo compatível com os preços praticados no mercado e capacidade de pronta execução.

1.3.4 Justificativa para escolha do dispositivo de armazenamento do certificado digital

O certificado digital do tipo A3 pode ser armazenado em três modalidades atualmente disponíveis no mercado: (i) cartão inteligente (smartcard); (ii) token USB; e (iii) nuvem. A escolha entre essas mídias deve observar critérios técnicos, operacionais, econômicos e de compatibilidade com os sistemas utilizados pela Administração.

O cartão inteligente, embora ainda previsto nos normativos da ICP-Brasil, apresenta obsolescência tecnológica e baixa confiabilidade operacional. Sua fragilidade física, a necessidade de leitoras específicas com interface USB — inexistentes no parque tecnológico do TRT da 3ª Região —, e sua descontinuidade comercial inviabilizam sua adoção. Ressalta-se que sequer foi possível levantar cotações válidas para esse item, o que confirma sua retirada do mercado.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

O token USB, por sua vez, constitui atualmente a solução mais consolidada no serviço público. Trata-se de uma mídia criptográfica portátil, amplamente compatível com os equipamentos utilizados no Tribunal, resistente, reutilizável, de baixo custo unitário e de fácil operação. Seu uso é tradicional no TRT3, inclusive com estrutura de suporte técnico e instruções já padronizadas. Além disso, a possibilidade de reaproveitamento nas renovações contribui para a redução de custos ao longo do tempo.

A certificação digital em nuvem representa uma alternativa mais recente e tecnológica, que elimina a necessidade de dispositivos físicos. Nessa modalidade, o acesso ao certificado é realizado mediante autenticação em múltiplos fatores (MFA), com uso de aplicativo autenticador instalado em dispositivos móveis do usuário. A geração temporária de senhas dinâmicas (OTP), com expiração a cada poucos segundos, proporciona elevado nível de segurança, mitigando riscos de acesso não autorizado e problemas decorrentes do esquecimento ou bloqueio de senhas fixas.

Além das vantagens em termos de segurança, a certificação em nuvem oferece ganhos de eficiência administrativa, com eliminação de custos com aquisição de mídias físicas e redução significativa de chamados técnicos por problemas com senhas ou dispositivos danificados.

Entretanto, a adoção do modelo em nuvem ainda se encontra em fase de transição no TRT da 3ª Região, havendo limitações técnicas e institucionais que restringem sua aplicação ampla e imediata. Destacam-se, entre os desafios, a necessidade de instalação de aplicativos autenticadores nos dispositivos móveis pessoais de magistrados e servidores e eventuais incompatibilidades com sistemas internos legados, como o SisconDJ.

Diante desse contexto, opta-se pela contratação de serviços para emissão de certificados digitais em ambas as modalidades — token USB e nuvem — de



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

forma complementar, de modo a garantir flexibilidade operacional e cobertura integral da demanda institucional.

Considerando que não é possível prever com precisão o grau de adesão dos usuários ao modelo em nuvem, será adotada a estimativa de quantidades equivalentes para ambas as mídias, no âmbito de Registro de Preços, o que permite a contratação sob demanda, conforme a necessidade real da Administração, mitigando riscos de aquisição indevida e promovendo a racionalização do gasto público.

1.4 Contratações correlatas e/ou interdependentes

Ao se avaliar o Plano de Contratações desta Instituição, não foram detectadas contratações correlatas e interdependentes a esta demanda.

1.5 Soluções Públicas Similares

A seguir, contratações públicas similares, utilizadas como referência de mercado.

Órgão	Modalidade de licitação	Link para o Edital
Senado Federal	Pregão Eletrônico n. 80/2022	Edital
Superior Tribunal de Justiça	Pregão Eletrônico n. 107/2023	Edital
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	Pregão Eletrônico n. 4/2023	Edital
Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Pregão Eletrônico n. 2/2023	Edital

A contratação de ambas as modalidades encontra respaldo em experiências de outros órgãos públicos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

O Senado Federal e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já adotaram, em grande escala, a emissão de certificados digitais em nuvem, demonstrando confiança institucional nessa tecnologia. Por sua vez, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB) e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) optaram por manter a oferta simultânea das modalidades tradicional (em token) e em nuvem, solução semelhante à ora proposta, que proporciona maior flexibilidade à Administração e se mostra compatível com diferentes níveis de maturidade tecnológica dos usuários.

1.6 Outras soluções disponíveis no mercado

A certificação digital no padrão ICP-Brasil constitui requisito obrigatório para assegurar a autenticidade, integridade e validade jurídica de atos no meio digital no âmbito da Justiça do Trabalho, conforme a Resolução CSJT n. 164/2016, que estabelece expressamente que os certificados digitais utilizados por magistrados e servidores devem pertencer à cadeia de confiança Cert-JUS da ICP-Brasil, restringindo, portanto, as possibilidades de contratação a fornecedores credenciados nessa cadeia específica.

Tal exigência se aplica, inclusive, ao acesso aos sistemas processuais e administrativos, como o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), o que torna inviável a adoção de quaisquer outras tecnologias de certificação digital não alinhadas à regulamentação vigente.

Assim, não há outras soluções tecnológicas disponíveis no mercado que sejam compatíveis com os parâmetros legais, normativos e de interoperabilidade requeridos para o funcionamento pleno das atividades deste Tribunal.

1.7 Portal do Software Público Brasileiro



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

Não existem soluções de software no Portal do *Software* Público Brasileiro capazes de satisfazer as necessidades desta contratação. Ademais, a aquisição é centrada essencialmente na emissão de certificados digitais e dispositivos de *hardware*, que não é foco daquele Portal.

1.8 Alternativa no Mercado de TIC

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) é o órgão responsável pela gestão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), atuando como Autoridade Certificadora Raiz (AC-Raiz). Compete-lhe estabelecer, regulamentar e fiscalizar as políticas relacionadas à certificação digital no país, em conformidade com a Medida Provisória n. 2.200-1/2001, que instituiu a ICP-Brasil como meio legalmente reconhecido para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica.

No contexto da Administração Pública, especialmente no âmbito da Justiça do Trabalho, a utilização de certificados digitais vinculados à ICP-Brasil é requisito essencial para acesso e assinatura de documentos em sistemas como o Processo Judicial Eletrônico (PJe), conforme também disposto na Lei n. 11.419/2006, que trata da informatização do processo judicial.

Dessa forma, não foram identificadas outras soluções tecnológicas no mercado que atendam aos marcos legais e normativos atualmente vigentes.

1.9 Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI

Não se aplica a esta contratação.

1.10 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

A solução pretendida está plenamente alinhada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), instituída pela Medida Provisória n. 2.200-1, de 24 de agosto de 2001, e regulamentada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), no papel de Autoridade Certificadora Raiz (AC-Raiz).

Nos termos da referida Medida Provisória, os documentos eletrônicos assinados digitalmente com o uso de certificados emitidos no âmbito da ICP-Brasil gozam da mesma validade jurídica que os documentos físicos assinados de próprio punho, conferindo segurança, autenticidade e integridade às transações realizadas em meio eletrônico.

A obrigatoriedade do uso de certificação digital no padrão ICP-Brasil também encontra respaldo na Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial e estabelece que os atos processuais praticados por meio eletrônico devem utilizar assinatura digital baseada em certificado emitido por autoridade credenciada.

Dessa forma, a contratação ora proposta observa integralmente os requisitos legais e normativos vigentes, estando em conformidade com os marcos regulatórios aplicáveis à certificação digital no setor público e às atividades desenvolvidas no âmbito da Justiça do Trabalho.

1.11 Modelo de Requisitos Moreq-Jus

Não se aplica ao contexto deste Estudo Preliminar, uma vez que a demanda está relacionada fortemente à aquisição de solução que não contempla a implementação ou automação de rotinas de trabalho utilizando *software*.

1.12 Análise do Custo da Demanda



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

Segue abaixo a síntese da pesquisa de mercado realizada no sítio Banco de Preços, em conformidade com a Instrução Normativa n. 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei n. 14.133/21). Os documentos que fundamentam a pesquisa encontram-se anexos.

A estimativa orçamentária, elaborada com base em pesquisa de mercado realizada no Banco de Preços, nos termos da Instrução Normativa SEGES n. 65/2021 e do art. 23 da Lei n. 14.133/2021, totaliza R\$ 250.055,00 (duzentos e cinquenta mil e cinquenta e cinco reais).

Para definição do valor estimado, adotou-se, nos respectivos relatórios de cotação, a mediana dos preços obtidos, em razão da expressiva dispersão observada nas amostras, nos termos do art. 3º, inciso V, da referida Instrução Normativa.

A opção pela mediana, em detrimento da média aritmética, justifica-se por reduzir a influência de valores extremos (muito altos ou muito baixos) que poderiam distorcer a estimativa, garantindo, assim, maior representatividade e fidedignidade ao valor estimado.

Propõe-se que o futuro certame registre preços de até 2 (duas) empresas especializadas. Contudo, a execução dos serviços ocorrerá sob demanda e de forma não concorrente, ou seja, cada certificado digital será emitido exclusivamente por um único fornecedor, a ser selecionado pela Administração no momento da contratação.

Em nenhuma hipótese haverá duplicidade na execução do mesmo objeto para um mesmo destinatário. Essa medida visa assegurar o uso racional dos recursos públicos, vedando qualquer pagamento em duplicidade ou sobreposição de fornecimento.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

Descrição do Objeto	
Serviço de Validação, Emissão e Gravação de Certificado Digital Cert-JUS A3 com validade de 3 anos para Pessoa Física SEM o fornecimento de mídia criptográfica (emissão tradicional, em <i>token</i>)	
Fornecedor	Preço
Procuradoria-Geral de Justiça	R\$66,60
Conselho Regional de Educação Física/ES	R\$60,75
Ministério Público da União – Ministério Público do DF e Territórios	R\$84,00
Poder Judiciário - Justiça Militar Federal – Superior Tribunal Militar	R\$51,00
Governo do Estado da Paraíba – Secretaria de Estado da Administração Pública	R\$89,00
Ministério da Saúde – Núcleo Estadual no Rio de Janeiro	R\$71,94
MEDIANA R\$69,27	

Descrição do Objeto	
Serviço de Validação, Emissão e Gravação de Certificado digital, Cert-JUS, para Pessoa Física com validade de 3 anos em NUVEM	
Fornecedor	Preço
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	R\$75,27
Governo do Distrito Federal - GDF	R\$35,80
Governo do Estado do Rio Grande do Norte	R\$49,00
Ministério Público da União – Ministério Público do DF e Territórios	R\$75,27
Ministério da Economia - Banco da Amazônia	R\$53,00
MEDIANA R\$53,00	

Descrição do Objeto	
Visita Técnica para emissão, gravação de certificado digital no modelo tradicional ou em nuvem	
Fornecedor	Preço
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro - CREA-RJ	R\$49,00
Governo do Estado do Amazonas - DPE-AM	R\$10,00



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

Poder Judiciário -Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	R\$10,28
Prefeitura Municipal de Janaúba	R\$43,50
MEDIANA R\$26,89	

Descrição do Objeto	
Mídia criptográfica do tipo Token USB	
Fornecedor	Preço
Prefeitura Municipal de Campo Belo - MG	R\$81,90
Ministério da Defesa – Comando do Exército	R\$71,75
Procuradoria-Geral de Justiça	R\$86,00
Câmara Municipal de Guaíba - RS	R\$44,00
Poder Judiciário - Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	R\$30,00
Poder Judiciário -Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	R\$54,00
MEDIANA R\$62,88	

1.13 Descrição da Solução

A solução pretendida consiste na prestação de serviços de certificação digital do tipo e-CPF A3 para pessoa física, vinculada à cadeia de confiança Cert-JUS da ICP-Brasil, no perfil institucional previsto na Resolução CSJT n. 164/2016.

A contratação deverá contemplar a emissão de certificados digitais em duas modalidades complementares:

- Modelo tradicional, com armazenamento em token USB criptográfico;
- Modelo em nuvem, com autenticação por múltiplos fatores e sem necessidade de mídia física.

A solução incluirá, ainda, a realização de visitas técnicas para atendimento a usuários que não possam se deslocar à unidade emissora, bem como o



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

fornecimento de mídias criptográficas (tokens) em regime de reposição, destinadas a substituir dispositivos inoperantes, obsoletos ou tecnicamente incompatíveis com os sistemas utilizados no TRT da 3ª Região.

A execução deverá ocorrer sob demanda, mediante solicitação formal da Administração, com observância aos padrões de segurança, conformidade técnica e interoperabilidade exigidos pela legislação vigente e pelos sistemas institucionais da Justiça do Trabalho.

Ademais, considerando a essencialidade e a natureza contínua dos serviços de certificação digital, bem como a pendência atualmente existente no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN da atual contratada, o presente processo será estruturado de forma a permitir o registro de preços de até 2 (dois) fornecedores distintos, observada a ordem de classificação na licitação. A medida tem caráter estratégico e preventivo, visando mitigar riscos operacionais e jurídicos decorrentes de eventual inexecução contratual ou descumprimento de exigências legais por parte da empresa melhor classificada.

A Administração poderá acionar os fornecedores remanescentes apenas se necessário, resguardando-se, assim, a continuidade do fornecimento e a segurança institucional.

Ressalta-se que esta licitação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme o Decreto Federal n. 11.462/2023, não implicando obrigação de contratação dos itens registrados. A utilização da(s) Ata(s) ficará condicionada à conveniência, oportunidade e real necessidade da Administração, não havendo direito subjetivo à contratação por parte dos licitantes vencedores.

Dessa forma, a eventual formalização de dois registros tem como única finalidade garantir alternativas viáveis e tempestivas, especialmente se a situação



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

fiscal da atual contratada não for regularizada no tempo oportuno, sem gerar ampliação desnecessária dos compromissos administrativos nem comprometer os princípios da economicidade e da eficiência.

1.14 Alinhamento da Solução

1.14.1 Alinhamento ao Planejamento Estratégico de TIC e o Plano Anual de Contratações:

OE-10 - Aprimorar a governança, a gestão, a infraestrutura tecnológica e os mecanismos de proteção dos dados institucionais, garantindo a disponibilidade dos serviços digitais essenciais à otimização da prestação jurisdicional.

OTI-7 - Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados, implementando medidas e práticas robustas de segurança cibernética, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações e dados institucionais.

1.14.2 Alinhamento aos requisitos tecnológicos:

Necessidade de adequação	Descrição da necessidade
Infraestrutura de TIC	As unidades do TRT da 3ª Região já dispõem de infraestrutura tecnológica adequada para o pleno funcionamento da solução, incluindo equipamentos compatíveis com certificados armazenados em token USB e com a autenticação multifator exigida para os certificados em nuvem.
Infraestrutura elétrica	Não se faz necessária qualquer adequação na infraestrutura elétrica, que já se encontra apta a suportar os dispositivos relacionados à solução.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

Logística de implantação	Não há necessidade de logística específica para implantação, considerando que a prestação será realizada sob demanda, por empresa especializada, com atendimento remoto ou presencial.
Espaço físico	As unidades já dispõem de espaço físico adequado para a guarda e o uso dos dispositivos criptográficos, bem como para eventual atendimento técnico presencial.
Mobiliário	O mobiliário disponível é compatível com a instalação e uso dos equipamentos eventualmente utilizados no processo de certificação digital.
Treinamento da Equipe	Os usuários finais (magistrados e servidores) já utilizam rotineiramente certificados digitais. Em caso de atualizações ou adoção de nova modalidade (como a certificação em nuvem), a unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação poderá prover os treinamentos necessários, sem impacto relevante.

1.15 Benefícios e resultados esperados

A contratação da solução proposta visa assegurar a continuidade e a eficiência das atividades institucionais que dependem do uso de certificados digitais, proporcionando os seguintes benefícios e resultados esperados:

- Manutenção da continuidade dos serviços essenciais, garantindo a autenticação segura de usuários em sistemas corporativos e processuais, como o PJe-JT;
- Preservação do padrão de desempenho, qualidade e confiabilidade dos serviços prestados pelo TRT da 3ª Região, com suporte técnico especializado e execução sob demanda;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

- Garantia da autenticidade, integridade e do não repúdio nas transações eletrônicas, conforme exigido pelos marcos legais e normativos aplicáveis à certificação digital;
- Elevação do nível de segurança da informação, com proteção dos dados trafegados nos sistemas institucionais e mitigação de riscos de fraudes ou acessos indevidos.

1.16 Relação entre a demanda prevista e a quantidade dos bens e serviços a serem contratados

De acordo com a série histórica registrada pela Diretoria de Gestão de Pessoas (anexa), a média mensal de emissões e renovações de certificados digitais é de aproximadamente 100 (cem) unidades. Tal número, entretanto, não é fixo, variando conforme fatores alheios ao controle da Administração, como nomeações, redistribuições, substituições, bloqueios, extravios, alterações cadastrais e mudanças no padrão de uso por servidores e magistrados.

Também impactam a demanda situações como emissão inicial para servidores cedidos, posse de novos magistrados e servidores, renovações fora do prazo e eventos excepcionais — a exemplo da pandemia de COVID-19, que alterou significativamente o padrão de consumo.

Considerando que os certificados digitais do tipo A3 possuem validade de 3 (três) anos, a estimativa de demanda futura foi baseada nas emissões realizadas nos anos anteriores:

- 2021 – 849 emissões (renovação em 2024)
- 2022 – 1.315 emissões (renovação em 2025)
- 2023 – 1.467 emissões (renovação em 2026)



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

- 2024 – 1.196 emissões (renovação em 2027)
- 2025 – em curso

Para definição da estimativa global de demanda, utilizou-se como base o maior volume anual já registrado — 1.467 unidades em 2023 — ao qual se aplicou uma margem de segurança de 15%, totalizando até 1.700 certificados digitais por ano como limite máximo. Esse quantitativo contempla tanto as renovações periódicas quanto as emissões decorrentes de nomeações, movimentações internas, substituições e reposições.

Ressalta-se que cada magistrado ou servidor fará uso de apenas um modelo de certificado digital por vez — em nuvem ou no formato tradicional (com token) —, conforme a compatibilidade técnica dos sistemas utilizados. Nos termos do art. 10 da Resolução CSJT n. 164/2016, magistrados fazem jus a dois certificados digitais, o que foi devidamente considerado no cálculo da estimativa global.

Dada a impossibilidade de prever, antecipadamente, a proporção entre as modalidades, estabeleceu-se o registro de até 1.700 unidades para cada tipo de certificado (em nuvem e tradicional), sem que isso represente duplicidade de fornecimento. Trata-se de medida estratégica voltada à flexibilidade operacional e à aderência ao modelo de Registro de Preços, garantindo que a Administração possa atender à demanda real, independentemente da tecnologia utilizada pelo usuário final.

Destaca-se, ainda, que o TRT da 3ª Região possui atualmente mais de 400 cargos vagos de Analistas e Técnicos Judiciários, além de mais de 30 cargos vagos de magistrados — todos com direito a certificados digitais, conforme a regulamentação vigente. A eventual autorização para provimento desses cargos, muitas vezes inesperada e condicionada à disponibilidade orçamentária, poderá



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

impactar substancialmente a demanda durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Com relação às visitas técnicas, a Diretoria de Gestão de Pessoas não dispõe de série histórica, uma vez que nem todos os contratos anteriores incluíam tal serviço e, nos últimos instrumentos firmados pelo TRT3, ele não foi utilizado. Contudo, considera-se necessário manter quantitativo compatível com o volume potencial de emissões e com a atual realidade do mercado de certificação digital — que descontinuou boa parte dos postos físicos de atendimento presencial — a fim de atender situações em que a emissão remota não seja viável ou que envolvam magistrados e servidores impossibilitados de se deslocar até Belo Horizonte, conforme avaliação da DGP/SEGP.

Quanto às mídias criptográficas, segue o histórico de aquisições realizadas pelo TRT da 3ª Região:

Ano	Quantidade Adquirida
2017	Aquisição de 2.000 unidades
2018	Não houve aquisição
2019	Aquisição de 1.000 unidades
2020	Aquisição de 150 unidades
2021	Aquisição de 450 unidades
2022	Aquisição de 87 unidades
2023	Aquisição de 300 unidades
2024	Aquisição de 500 unidades
2025	Aquisição de 200 unidades

Desconsiderando os anos de 2017 (aquisição inicial em larga escala) e 2018 (sem aquisições), a média anual de compras entre 2019 e 2025 é de aproximadamente 384 unidades (2.687 unidades em 7 anos). Apesar dessa



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

média, propõe-se estabelecer o limite máximo estimado de 500 (quinhentas) mídias criptográficas, valor cerca de 30% superior à média histórica, considerado suficiente para cobrir: (i) reposições decorrentes de bloqueios da mídia, obsolescência ou inoperância; (ii) variações relacionadas à movimentação de pessoal; (iii) demandas extraordinárias, como novos sistemas, mutirões ou ampliações de uso; e (iv) a incerteza quanto ao ritmo de adoção da certificação em nuvem, que exige a manutenção de um estoque de tokens para assegurar a continuidade operacional.

Ressalte-se que a contratação ocorrerá sob a sistemática de registro de preços, sem obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados, e sob empreitada por preço unitário, assegurando pagamento proporcional ao consumo efetivo e evitando desperdícios, em consonância com a Lei n. 14.133/2021.

Ademais, esse limite, superior à média observada, confere maior robustez à contratação, permitindo o atendimento ágil a demandas extraordinárias, sem comprometer a economicidade ou gerar aquisições desnecessárias. Trata-se de uma escolha alinhada à lógica preventiva e flexível que orienta a presente modelagem.

Ressalte-se que, em certames anteriores, a aquisição de mídias criptográficas foi realizada em grupo separado da certificação digital, o que se revelou ineficaz. À época, a certificadora contratada alegou incompatibilidade entre as mídias fornecidas e o seu sistema, ocasionando atrasos e falhas operacionais. Com base nessa experiência, adota-se agora solução integrada, em que a mesma empresa será responsável tanto pela emissão dos certificados quanto pelo fornecimento das mídias, assegurando maior segurança, eficiência e continuidade do serviço.

Os quantitativos informados correspondem aos limites máximos estimados, sem gerar obrigação de contratação integral, conforme dispõe a Lei n.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

14.133/2021. A efetivação das aquisições dependerá da demanda real ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços. A contratação será formalizada sob o regime de empreitada por preço unitário, o que garante pagamento proporcional ao consumo efetivo, promovendo o uso racional dos recursos públicos.

Assim, estimam-se os seguintes quantitativos máximos:

Serviço / Produto	Quantidade estimada
Serviço de Validação, Emissão e Gravação de Certificado digital, Cert-JUS, para Pessoa Física com validade de 3 anos em NUVEM CATSER: 27219	1.700 unidades
Serviço de Validação, Emissão e Gravação de Certificado Digital Cert-JUS A3 com validade de 3 anos para Pessoa Física SEM o fornecimento de mídia criptográfica (emissão tradicional, em token) CATSER: 27219	1.700 unidades
Visita Técnica às unidades localizadas no Anexo III para validação da documentação, emissão, gravação de certificado digital no modelo tradicional ou em nuvem CATSER: 25470	400 unidades
Mídia criptográfica do tipo Token USB CATMAT: 600120	500 unidades

1.17 Opção por contratação de produto ou serviço

A contratação abrangerá tanto a prestação de serviços quanto o fornecimento de bens, nos seguintes termos:

- Serviços contínuos de validação, emissão e/ou gravação de certificados digitais do tipo e-CPF A3 para pessoa física, nas modalidades tradicional (com token USB) e em nuvem, vinculados à cadeia Cert-JUS da ICP-Brasil;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

- Serviços contínuos de visitas técnicas presenciais, para atendimento a usuários que não possam se deslocar até os pontos de atendimento convencionais;
- Fornecimento de mídias criptográficas (tokens USB), destinadas à substituição de dispositivos inoperantes, obsoletos ou incompatíveis com os sistemas utilizados.

A execução ocorrerá sob demanda, no regime de empreitada por preço unitário, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, garantindo flexibilidade administrativa, continuidade dos serviços e economicidade.

1.18 Manifestação sobre ampliação ou substituição da solução implantada

Conforme mencionado anteriormente, o mercado de certificação digital tem passado por significativa evolução tecnológica, com destaque para a expansão da modalidade em nuvem.

Nesse contexto, a contratação ora proposta contempla a adoção combinada de certificados digitais em nuvem e em token USB, de forma a assegurar maior flexibilidade tecnológica e continuidade dos serviços. A estratégia não implica substituição imediata do modelo tradicional, mas sim a implementação simultânea de ambos, garantindo alternativas complementares de uso, de acordo com as características dos sistemas internos e os perfis de usuários.

Tal abordagem possibilita uma transição gradual e segura, acompanhando a modernização das soluções disponíveis no mercado, ao mesmo tempo em que preserva a confiabilidade do modelo já consolidado no âmbito institucional.

1.19 Adequação do Ambiente



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

Para a prestação dos serviços de validação, emissão e/ou gravação de certificados digitais para pessoas físicas, nas unidades do TRT da 3ª Região, serão disponibilizados os recursos necessários, incluindo infraestrutura física adequada, composta por ambiente para atendimento, pontos de energia elétrica e conexão à Internet.

Nos casos em que os serviços forem prestados nas dependências da contratada, caberá exclusivamente a esta a disponibilização da infraestrutura necessária à execução adequada dos serviços contratados.

Quando a prestação ocorrer de forma remota (on-line ou por videoconferência), o magistrado ou servidor deverá dispor de computador ou notebook com entrada USB (quando aplicável), acesso à rede elétrica e conexão estável com a Internet, conforme as exigências operacionais de cada modalidade de certificação (em nuvem ou com token).

A execução contratual deverá observar, no que couber, as diretrizes de sustentabilidade ambiental previstas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, de 19 de janeiro de 2010, bem como aquelas estabelecidas no Anexo I da Resolução CSJT n. 310/2021, especialmente quanto à redução de impactos ambientais decorrentes da contratação.

Por fim, ressalta-se que a natureza dos serviços contratados não implica geração de resíduos sujeitos a logística reversa, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

1.20 Orçamento Estimado

A estimativa orçamentária realizada, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES n. 65, de 7 de julho de 2021, e nos termos do art. 23 da Lei n.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

14.133/2021, aponta para um gasto de R\$ 250.055,00 (duzentos e cinquenta mil e cinquenta e cinco reais).

Ressalta-se que, embora a licitação preveja o registro de preços de até 2 (duas) empresas adjudicatárias, a contratação e a execução dos serviços ocorrerão exclusivamente de forma individualizada por demanda, sendo que cada atendimento será realizado por apenas uma das contratadas, conforme a ordem de utilização estabelecida pela Administração.

Dessa forma, ainda que duas empresas tenham seus preços registrados, a prestação do serviço ao magistrado ou servidor será executada por uma única contratada por vez, não havendo sobreposição ou divisão de execução entre elas para o mesmo objeto.

Por fim, destaca-se, que, a princípio, não será necessário solicitar nova disponibilidade orçamentária. Primeiramente, porque se trata de procedimento na modalidade de Registro de Preços, o que não gera obrigação imediata de contratação. Em segundo lugar, porque já existe previsão orçamentária específica destinada à contratação dos serviços atualmente prestados pela empresa Soluti, cuja natureza e objeto são equivalentes aos do presente certame.

2. ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1 Natureza do Objeto

Os bens e serviços a serem contratados possuem características comuns e usuais no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva, conforme estabelecido neste Termo de Referência. Trata-se, portanto, de contratação de bens e serviços comuns de TIC, nos termos da legislação vigente.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

A emissão de certificados digitais, tanto no modelo tradicional (com uso de token USB) quanto no modelo em nuvem, caracteriza-se como serviço de natureza contínua, cuja prestação poderá se estender por mais de um exercício financeiro, nos termos do §1º do art. 107 da Lei n. 14.133/2021. Trata-se de demanda permanente e essencial ao funcionamento regular das atividades institucionais do TRT da 3ª Região, especialmente por viabilizar o acesso ao Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) e a diversas outras plataformas corporativas que exigem certificação digital. A eventual interrupção desse serviço comprometeria diretamente a prestação jurisdicional e o cumprimento da missão institucional do Órgão.

As mídias criptográficas do tipo token USB, por sua vez, classificam-se como materiais de consumo, conforme os critérios da Administração Pública Federal, e são indispensáveis ao armazenamento e à utilização dos certificados digitais. Sua ausência inviabilizaria a emissão e o uso de certificados na modalidade tradicional, resultando em descontinuidade de atividades operacionais e jurídicas sensíveis.

Destaca-se, ainda, que há interdependência técnica entre o certificado digital e a mídia criptográfica, sendo ambos considerados elementos indissociáveis no processo de emissão e utilização do certificado digital do tipo A3. Diante disso, justifica-se a contratação conjunta dos serviços de certificação digital e do fornecimento das mídias correspondentes, garantindo a plena funcionalidade da solução.

2.2 Parcelamento e adjudicação do objeto

Como regra, exige-se o parcelamento do objeto sempre que isso se mostrar técnica e economicamente viável, conforme dispõe o art. 40, inciso V,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

alínea “b”, da Lei n. 14.133/2021. A esse respeito, o Tribunal de Contas da União editou a Súmula n. 247, que estabelece:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-los com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

No presente caso, embora o objeto seja tecnicamente divisível — contemplando serviços de certificação digital em dois modelos, visitas técnicas e fornecimento de tokens — a divisão desses itens em grupos distintos não se mostra vantajosa para a Administração, seja do ponto de vista técnico, jurídico ou econômico.

A fragmentação dos serviços de emissão de certificados digitais entre diferentes fornecedores comprometeria a gestão contratual, dificultando a fiscalização, o agendamento e a execução coordenada de visitas técnicas, bem como o controle de qualidade e a resolução de eventuais inconsistências. Além disso, acarretaria perda de escala e aumento de custos administrativos e logísticos, com duplicação de estruturas operacionais.

No caso específico das visitas técnicas, a Instrução Normativa ITI n. 26/2022 estabelece que o agente de registro deve estar formalmente vinculado à



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

Autoridade de Registro (AR), por meio de vínculo empregatício registrado em carteira. Dessa forma, não é juridicamente viável a contratação de empresa distinta para realizar coletas presenciais e emissão dos certificados digitais, o que reforça a necessidade de manter a integralidade da solução em um único grupo.

Com relação às mídias criptográficas, experiências anteriores demonstraram a ineficácia da contratação em separado. À época, foram identificadas incompatibilidades técnicas entre os dispositivos fornecidos e os sistemas utilizados pela certificadora contratada, o que ocasionou atrasos e falhas na emissão dos certificados. Com base nessa experiência, adota-se neste certame a solução integrada, pela qual a mesma empresa será responsável tanto pela emissão dos certificados quanto pelo fornecimento das mídias, assegurando maior segurança, padronização e continuidade do serviço.

Assim, a adjudicação será realizada em favor de um único fornecedor – por grupo, mas com ampla participação de empresas, inclusive de médio porte. Não se aplica, neste caso, o tratamento diferenciado previsto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar n. 123/2006, pois o grupo único não se enquadra nos limites de valores fixados no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015.

Além disso, trata-se de serviço contínuo de natureza crítica, cuja execução depende de estrutura organizacional e suporte técnico adequados, requisitos que nem sempre são atendidos por empresas de pequeno porte. A fragmentação do objeto, ainda que com o objetivo de ampliar a competitividade, poderia gerar riscos de inexecução, descontinuidade ou falha na prestação do serviço, em afronta aos princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público.

2.3 Modalidade e Tipo de licitação



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

Utilizar-se-á, para esta contratação, a modalidade Pregão Eletrônico, do tipo "menor preço", com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto no Decreto Federal n. 11.462/2023. Essa estratégia visa promover maior eficiência e economicidade, permitindo que os serviços e bens sejam adquiridos conforme a real necessidade da Administração, evitando contratações desnecessárias e, no caso das mídias criptográficas, a perda prematura da garantia dos produtos por armazenamento prolongado sem uso.

Nos termos do Decreto n. 11.462/2023, a existência de preços registrados não obriga a Administração à contratação, conferindo maior flexibilidade e adequação orçamentária. Ademais, a indicação de dotação orçamentária não será exigida na fase de planejamento, sendo necessária apenas no momento da formalização do contrato decorrente da ata de registro de preços, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021.

2.4 Classificação e Indicação Orçamentária

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Programa 0033 – Programa de Gestão e manutenção do Poder Judiciário - Ação 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Plano Orçamentário 0000 – Despesas Diversas.

2.5 Vigência

A contratação será firmada com vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, considerando que a estimativa de consumo apresentada - corresponde à demanda anual média histórica do TRT da 3ª Região.

A vigência anual permite dimensionamento preciso e compatível com a execução sob demanda, no regime de empreitada por preço unitário. Ao final do



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Gestão de Pessoas

período inicial, mantidas as condições vantajosas, será possível a prorrogação sucessiva do contrato, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, até o limite legal de 10 (dez) anos.

Esse modelo assegura flexibilidade administrativa, permite o acompanhamento contínuo da execução contratual, e garante continuidade dos serviços essenciais com base em critérios de vantajosidade e necessidade real, sem impor obrigações excessivas ao orçamento público.

Ressalta-se que não há direito subjetivo à prorrogação por parte da contratada, a qual dependerá de decisão discricionária da Administração, devidamente motivada e condicionada à demonstração de vantajosidade.

2.6 Equipe de Planejamento da Contratação

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída sob documento identificador n. 3, neste PROAD n. 23219/25.

INTEGRANTES DEMANDANTE E TÉCNICA

Bianca Kelly Chaves

Christiane Nogueira de Podestá

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

Olavo de Oliveira Dantas